

exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do conselho de administração as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2005 preparado pelo conselho de administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da certificação legal das contas, emitida pelo revisor oficial de contas, à qual damos a nossa concordância.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra-referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em assembleia geral.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração da sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2006. — O Conselho Fiscal: José Diogo Horta Osório, presidente — Ana Isabel Marques, vogal — Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., vogal, representada por *Luís Augusto Gonçalves Magalhães*.

### Acta da assembleia geral de aprovação de contas realizada em 29 de Março de 2006

Aos 29 dias do mês de Março de 2006, pelas 15 horas, na sede social, reuniu a assembleia geral anual da Fidis Retail — Instituição Financeira de Crédito, S. A., que reúne como assembleia universal, sem observância de formalidades prévias, por ser essa a vontade manifestada pela accionista única a Fidis Retail Itália, SpA, que assim quis que se constituísse e deliberasse sobre os seguintes assuntos:

- 1 — Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2005;
- 2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3 — Apreciação geral da administração e fiscalização.

O presidente da mesa declarou abertos os trabalhos e, no âmbito do ponto 1, deu a palavra ao administrador-delegado, que produziu sobre os documentos em apreço as considerações e os esclarecimentos complementares aos que resultam do relatório de gestão do exercício.

O presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 2005, que foram aprovadas pelo accionista único.

No âmbito do ponto 2 da ordem de trabalhos, foi aprovada pela accionista única a proposta de que os resultados líquidos do exercício de 4 071 244,84 euros, sejam, no montante de 407 124,48 euros levados à conta de reservas legais, e os restantes 3 664 120,36 euros a reservas livres.

No âmbito do ponto 3 da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade no dito exercício de 2005, a qual foi valorada positivamente com um voto de louvor e confiança aos respectivos órgãos.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual foi lavrada presente acta que vai ser assinada pelos presidente e secretário da mesa.

(Sem assinaturas.)

3000209167

### DIF BROKER — SOCIEDADE CORRETORA, S. A.

Sede social: Rua Engenheiro Ferreira Dias, 452, 1.º Porto.  
Capital social: 1 790 000 euros.  
Pessoa colectiva n.º 504767640.  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o n.º 8091.

### Relatório e contas de 2005

#### Relatório de gestão

Terminou o ano de 2005, por todos reconhecido como muito difícil.

Um ano difícil para o País porque o contexto nacional não foi favorável ao desenvolvimento de um clima de confiança propício ao desenvolvimento das actividades económicas.

Um ano difícil para a DIF Broker em virtude do esforço decorrente do processo de reorganização em curso encetado em 2003, e agravado pela crise económica vivida.

Mas, pese embora, as dificuldades sentidas, foi mais um ano no caminho certo.

Com todo o País concentrado na crise, sempre seria inevitável que o mercado de capitais apresentasse uma menor apetência por parte dos investidores e que esse facto se reflectisse negativamente nos resultados das empresas que actuam nesta área.

Porém, é importante que em épocas de crise as empresas consigam continuar a crescer, a desenvolver os seus projectos, a cumprir os seus objectivos: esse é o caminho certo, esse foi o caso da DIF.

Na verdade, as demonstrações financeiras da DIF apresentam uma redução do volume de vendas para cerca de metade do valor dos anos anteriores, mas apenas em virtude de se ter procedido a uma alteração da contabilização dos proveitos, os quais passaram a ser líquidos de comissões pagas aos Bancos (com reflexos, igualmente, na conta de custos, subconta de comissões).

Esta alteração, portanto, não teve impacto nos resultados da empresa, nem representam quaisquer problemas operacionais para o futuro.

Caminho certo também no investimento feito numa nova imagem da DIF. A nova identidade visual procura sugerir e reforçar a abordagem verdadeiramente global e globalizante que a DIF Broker faz das possibilidades de investimento existentes. Para reforçar esta ideia foi lançado, também, em 2005, o site da DIF em língua russa, completando a oferta, já existente, em inglês, espanhol e chinês. A nova imagem da empresa transmite modernidade, dinamismo, movimento... e, especialmente, a proximidade e o enfoque no cliente — representado pelo único elemento de cor diferente na figuração do nome da empresa e, não por acaso, ocupando o seu centro — literal e metafórico — para onde todos os esforços convergem.

Caminho certo foi igualmente, assim o cremos, o das optimizações operacionais que permitem à DIF estar agora preparada para ser, em 2006, uma empresa lucrativa.

Ao longo do último triénio esta administração lutou sem tréguas nem cedências para acrescentar valor à empresa e incutir em todos os seus colaboradores um conjunto de princípios fundamentais: fazer da DIF uma corretora de referência, pautar o relacionamento entre todos os colaboradores pela integridade, lealdade e respeito, contribuir para a transparência e para o bom funcionamento do mercado.

O caminho escolhido pela administração da DIF, no mandato que agora termina, foi o crescimento pela tecnologia, aumentando a produtividade e aumentando a exposição da empresa ao mercado global.

Face à natureza aleatória das receitas, a administração optou pelo controlo dos custos, incluindo salários, no contexto de uma rigorosa política de contenção de custos.

No que respeita, em especial, aos salários, a DIF assume que estes só poderão sofrer alterações na sua componente variável, em consonância com os lucros gerados pela empresa, e em sede de distribuição de resultados, de acordo com as melhores práticas de gestão de recursos humanos e de introdução de incentivos à produtividade.

Os colaboradores da DIF devem investir no futuro da DIF Broker; só assim a empresa poderá, por sua vez, contribuir para o futuro dos seus colaboradores.

Conseguimos desde 2003 aumentar a nossa produtividade e temos encontrado meios de aumentar o número dos nossos clientes reduzindo os riscos de uma base de clientes pouco alargada.

Interessa crescer bem de forma a garantir a penetração do mercado que nos garanta um futuro de progressão sustentado.

Só assim, estamos convictos, os resultados podem aparecer, conforme têm aparecido, só assim, é o nosso desígnio, é possível entrar na segunda fase deste projecto com os horizontes de sucesso que temos.

Este é, pois, o momento para avançar para a segunda fase do processo de consolidação. Foi percorrido um longo e difícil caminho, um caminho certo que permite agora responder à eventual pergunta sobre se a DIF está agora melhor, e mais preparada para responder aos desafios, que no início do triénio de gestão desta administração, com um inquestionável SIM.

Temos um melhor modelo organizacional, temos uma melhor gestão com um modelo claro de negócio mais apropriado ao novo século, temos objectivos claros de crescimento e expansão.

A expansão que a empresa inevitavelmente terá será, por enquanto, exclusivamente orgânica, o mesmo é dizer, financiada pela própria empresa. A este propósito recorde-se que a DIF Broker realizou, em Setembro de 2005, uma assembleia geral extraordinária, que mandou

a administração da empresa para realizar um aumento de capital até 200 000 euros com recurso ao seu accionista Emerging-Trade, S. A.

Somos uma empresa de serviços que tem que estar absolutamente focada no cliente, para quem somos importantes e a quem acrescentamos valor. Na gestão de carteiras e na consultadoria o modelo implementado tem por base uma relação baseada na confiança. A confiança necessita de tempo porque este está intrinsecamente ligado ao valor que se acrescenta. Na gestão de carteiras inovámos ao focar a relação com o gestor e não com a empresa e, dessa forma, incrementar a capacidade competitiva.

A DIF inovou na gestão de carteiras, inovou no seu modelo global e globalizante de investimento proporcionado aos investidores e inovou com o lançamento do TOP Trader em conjunto com o *Semanário Económico*, uma competição real de investimento.

O desígnio da DIF é e deve ser inovar sempre.

Os seus colaboradores estão, por essa razão, «condenados» a ter que experimentar novas coisas novas, mesmo que estas não resultem, para ganharem a experiência e terem a coragem de adoptar as alterações que resultam.

Hoje a única forma de uma empresa ser mais forte é fazendo com que os seus administradores sejam menos importantes no dia a dia da empresa e assegurando que a segunda linha de responsáveis assume maiores responsabilidades e estes são treinados para assumir a empresa.

É esta a única forma de se criar uma empresa forte e com futuro. Porque tal como a existência de uma empresa não deve estar sustentada num cliente, ela não pode, também, ficar dependente de um responsável.

Na DIF Broker são as suas pessoas, e essas pessoas, têm que fazer o máximo que podem com o mínimo que têm: para que a DIF seja uma corretora de referência os seus colaboradores têm que ser a referência.

A empresa será sempre tão relevante quanto relevantes serão os seus colaboradores: quando um cliente contacta a DIF não pode nunca sentir que está a falar com alguém que está transitivamente na empresa mas sim com alguém que fez a transição para a DIF.

A administração da DIF acredita que todos, entre colaboradores, accionistas e investidores que com a DIF trabalham, já perceberam que paradoxalmente, a diferença com um negócio tecnológico está cada vez mais nas pessoas.

Só garantindo a colaboração dos melhores e mais motivados, poderemos, devagar embora, transformar uma pequena corretora numa grande corretora de referência.

Provámos que sabemos progredir com mau tempo, sabemos que no momento da retoma do mercado estaremos na linha da frente. Não sabemos quando se dará essa retoma mas sabemos que estamos preparados para ela.

No caminho certo.

A administração pede que sejam aprovadas as contas e propõe que o prejuízo do exercício, no valor de 255 123,43 euros, transite para a conta de resultados transitados.

Porto, 24 de Fevereiro de 2006. — O Conselho de Administração:  
*Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.*

### Balances em 31 de Dezembro de 2004 e 2005 — NCA

#### ACTIVO

(Em euros)

Rubricas da instrução n.º 23/2004	2005			2004
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	100,00	—	100,00	150,00
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	116 025,88	—	116 025,88	549 624,29
Activos financeiros detidos para negociação .....	—	—	—	—
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6 610,22	—	6 610,22	6 610,22
Activos financeiros disponíveis para venda .....	—	—	—	—
Aplicações de crédito .....	2 977 181,84	—	2 977 181,84	1 736 699,94
Crédito a clientes .....	88 824,00	88 824,00	—	—
Investimentos detidos até à maturidade .....	—	—	—	—
Activos com acordo de recompra .....	—	—	—	—
Derivadas de cobertura .....	—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda .....	—	—	—	—
Propriedade de investimento .....	—	—	—	—
Outros activos tangíveis .....	672 656,70	455 214,59	217 442,11	281 367,33
Activos intangíveis .....	717 994,99	605 799,84	112 195,15	280 996,64
Invest. em filiais, assoc., e empreend. conjuntos .....	—	—	—	—
Activos por impostos correntes .....	—	—	—	—
Activos por impostos diferidos .....	—	—	—	—
Outros activos .....	265 200,61	—	265 200,61	2 043 161,16
<i>Total do activo</i> .....	<i>4 844 594,24</i>	<i>1 149 838,43</i>	<i>3 694 755,81</i>	<i>4 898 609,58</i>

#### PASSIVO

Rubricas da instrução n.º 23/2004	2005			2004
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
Recurso de bancos centrais .....	—	—	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação .....	—	—	—	—
Recursos de outras instituições de crédito .....	—	—	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	2 867 748,56	—	2 867 748,56	2 079 480,06
Responsabilidades representadas por títulos .....	—	—	—	—
Passivos financeiros assoc. a activos transferidos .....	—	—	—	—

Rubricas da instrução n.º 23/2004	2005			2004
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações (1)	Provisões, imparidade e amortizações (2)	Valor líquido (3)=(1)-(2)	
Derivados de cobertura .....	—	—	—	—
Passivos não correntes detidos para venda .....	—	—	—	—
Provisões .....	63 374,00	—	63 374,00	59 071,75
Passivos por impostos correntes .....	8 042,17	—	8 042,17	12 541,69
Passivos por impostos diferidos .....	—	—	—	—
Instrumentos representativos de capital .....	—	—	—	—
Outros passivos subordinados .....	—	—	—	—
Outros passivos .....	243 619,67	—	243 619,67	1 981 658,83
<i>Total do passivo</i> .....	<u>3 182 784,40</u>	—	<u>3 182 784,40</u>	<u>4 132 752,33</u>
Capital .....	1 790 000,00	—	1 790 000,00	1 790 000,00
Prémios de emissão .....	125 000,00	—	125 000,00	125 000,00
Outros instrumentos de capital .....	—	—	—	—
Reservas de reavaliação .....	—	—	—	—
Outras reservas e resultados transitados .....	— 1 147 905,16	—	— 1 147 905,16	— 1 056 777,77
(Acções próprias) .....	—	—	—	—
Resultados do exercício .....	— 255 123,43	—	— 255 123,43	— 92 364,98
(Dividendos antecipados) .....	—	—	—	—
<i>Total do capital</i> .....	<u>511 971,41</u>	—	<u>511 971,41</u>	<u>765 857,25</u>
<i>Total do passivo + capital</i> .....	<u>3 694 755,81</u>	—	<u>3 694 755,81</u>	<u>4 898 609,58</u>

O Conselho de Administração: *Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

### Balanços em 31 de Dezembro de 2004 e 2005

#### ACTIVO

(Em euros)

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	100,00	—	100,00	1 145,62
2 — Disponibilidades à vista sobre inst. crédito .....	2 927 692,38	—	2 927 692,38	1 985 328,26
3 — Outros créditos sobre inst. crédito .....	165 515,34	—	165 515,34	300 000,00
4 — Créditos sobre clientes .....	69 743,40	69 743,40	—	—
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo .....	6 610,22	—	6 610,22	6 610,22
<i>a) Obrigações e outros tít. de rend. — de emissores públicos</i>	—	—	—	—
<i>b) Obrigações e outros tít. de rend. — de outros emissores ....</i>	6 610,22	—	6 610,22	6 610,22
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável .....	—	—	—	—
7 — Participações .....	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas .....	717 994,99	605 799,84	112 195,15	281 367,33
10 — Imobilizações corpóreas .....	672 656,70	455 214,59	217 442,11	280 996,64
(Dos quais: imóveis) .....	(172 239,78)	(98 112,07)	(74 127,71)	(91 463,63)
11 — Capital subscrito não realizado .....	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprio .....	—	—	—	—
13 — Outros activos .....	73 122,00	19 080,60	54 041,40	94 069,58
15 — Contas de regularização .....	211 159,21	—	211 159,21	1 949 091,93
16 — Prejuízo do exercício .....	255 123,43	—	255 123,43	92 364,98
<i>Total do activo</i> .....	<u>5 099 717,67</u>	<u>1 149 838,43</u>	<u>3 949 879,24</u>	<u>4 990 974,56</u>

#### PASSIVO

	2005	2004
1 — Débitos para com instituições de crédito .....	—	—
<i>a) À vista</i> .....	—	—
<i>b) A prazo ou com pré-aviso</i> .....	—	—

	2005	2004
2 — Débitos para com clientes .....	—	—
a) Depósitos de poupança .....	—	—
b) Outros débitos .....	—	—
ba) À vista .....	—	—
bb) A prazo .....	—	—
3 — Débitos representados por títulos .....	—	—
b) Outros .....	—	—
4 — Outros passivos .....	2 875 790,73	2 092 021,55
5 — Contas de regularização .....	243 619,67	1 981 658,43
6 — Provisões para riscos e encargos .....	63 374,00	57 834,75
a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
b) Outras provisões .....	63 374,00	57 834,75
8 — Passivos subordinados .....	—	—
9 — Capital subscrito .....	1 790 000,00	1 790 000,00
10 — Prémios de emissão .....	125 000,00	125 000,00
11 — Reservas .....	1 237,00	1 237,00
12 — Reservas de reavaliação .....	—	—
13 — Resultados transitados .....	— 1 149 142,16	— 1 056 777,17
14 — Lucro do exercício .....	—	—
<i>Total do passivo</i> .....	<i>3 949 879,24</i>	<i>4 990 974,56</i>

## RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2005
1 — Passivos eventuais .....	—
Dos quais:	
Aceites e compromissos por endosso efeitos desconto .....	—
Cauções e activos dados em garantia .....	—
2 — Compromissos .....	6 610,22
Dos quais:	
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra .....	—

O Conselho de Administração: *Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004 e 2005

## DÉBITO

(Em euros)

	2005	2004
<b>A) Custos</b>		
1 — Juros e custos equiparados .....	4 843,22	15 612,13
2 — Comissões .....	10 329,37	43 233,11
3 — Prejuízos em operações financeiras .....	—	2 492,38
4 — Gastos gerais administrativos .....	611 391,96	775 739,99
a) Custos com pessoal .....	218 077,15	325 082,65
Dos quais:		
(Salários e vencimentos) .....	(174 031,68)	(270 421,10)
(Encargos sociais) .....	(44 045,47)	(54 661,55)
b) Outros gastos administrativos .....	393 314,81	450 657,34

(Em euros)

	2005	2004
5 — Amortizações do exercício .....	233 262,21	253 494,11
6 — Outros custos de exploração .....	30 183,21	55 750,61
7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	37 158,00	57 361,75
8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	—	—
10 — Resultado da actividade corrente .....	—	—
11 — Perdas extraordinárias .....	1 584,57	20 445,24
13 — Impostos sobre lucros .....	1 375,40	1 331,43
14 — Outros impostos .....	901,97	2 368,18
15 — Lucro do exercício .....	—	—
<b>Total .....</b>	<b>931 029,91</b>	<b>1 227 828,93</b>

## CRÉDITO

	2005	2004
<b>B) Proveitos</b>		
1 — Juros e proveitos equiparados .....	9 342,52	16 134,73
Dos quais:		
De título de rendimento fixo .....	—	—
2 — Rendimento de títulos .....	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável .....	—	—
b) Rendimento de participações .....	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
3 — Comissões .....	562 673,15	1 004 365,67
4 — Lucros em operações financeiras .....	20 013,67	61 241,99
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	21 051,91	7 863,89
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
7 — Outros proveitos de exploração .....	49 520,43	35 403,08
8 — Resultado da actividade corrente .....	(265 468,26)	(81 042,90)
9 — Ganhos extraordinários .....	13 304,80	10 454,59
11 — Prejuízo do exercício .....	255 123,43	92 364,98
<b>Total .....</b>	<b>931 029,91</b>	<b>1 227 828,93</b>

O Conselho de Administração: *Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004 e 2005 — NCA

(Em euros)

Rubricas da instrução n.º 23/2004	2005	2004
Juros e rendimentos similares .....	9 342,52	16 134,73
Juros e encargos similares .....	4 843,22	15 612,13
Margem financeira .....	4 499,30	522,60
Rendimentos de instrumentos de capital .....	—	—
Rendimentos de serviços e comissões .....	562 673,15	1 004 365,67
Encargos com serviços e comissões .....	— 10 329,37	— 43 233,11
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido) .....	—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido) .....	—	—
Resultado de reavaliação cambial (líquido) .....	20 013,67	58 749,61
Resultados de alienação de outros custos activos .....	5 430,00	—
Outros resultados de exploração .....	49 520,43	— 32 706,36
Produto bancário .....	631 807,18	987 698,41

(Em euros)

Rubricas da instrução n.º 23/2004	2005	2004
Custos com o pessoal .....	218 077,15	325 082,65
Gastos gerais administrativos .....	393 314,81	450 657,34
Depreciações e amortizações .....	233 262,21	253 494,11
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	23 750,79	49 497,86
Correcções de valor ass. ao crédito a cl. e valores a rec. de outros dev. (líq. de rep. e anulações)	– 13 893,91	–
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	31 044,16	–
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....	–	–
Resultado antes de impostos .....	– 253 748,03	– 91 033,55
Impostos:		
Correntes .....	– 1 375,40	– 1 331,43
Diferidos .....	–	–
Resultado após impostos .....	– 255 123,43	– 92 364,98
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuados .....	–	–
Resultado líquido do exercício .....	– 255 123,43	– 92 364,98

O Conselho de Administração: *Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

## Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

As notas que se seguem estão organizadas segundo as normas do Plano de Contas para o Sistema Bancário em vigor, no âmbito dos anexos à instrução n.º 4/96 — Capítulo VI — Elementos contabilísticos — contas anuais, sendo omitidas as que não se aplicam ou que não são relevantes.

3 — As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites.

Os princípios contabilísticos mais significativos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram:

*Especialização dos exercícios.* — Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, isto é, são registados à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

*Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável.* — São registadas ao custo de aquisição.

*Imobilizações incorpóreas.* — Esta rubrica engloba os custos de instalação e constituição, sistema de tratamento automático de dados. São amortizadas por duodécimos, em três anos, pelo método das quotas constantes.

*Imobilizações corpóreas.* — Encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas por duodécimos pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais têm subjacente, os diferen-

tes tipos de imobilizado de acordo com os períodos de vida útil a seguir indicados:

	Anos
Obras em edifícios arrendados .....	10
Equipamento:	
Instalações .....	10
Mobiliário e material .....	8
Equipamento informático .....	4 a 8
Outras imobilizações corpóreas .....	8

As transacções em moeda estrangeira são convertidas em euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das respectivas operações. A 31 de Dezembro foram actualizados os saldos em moeda estrangeira às seguintes taxas: EUR/USD: 1,1899.

A constituição de provisões é efectuada nos termos do aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho.

*Rubricas extrapatrimoniais.* — Os valores mobiliários de terceiros, recebidos em custódia, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados, pelo respectivo valor nominal.

*Imposto sobre os lucros.* — O imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas é calculado e registado, quando aplicável de acordo com as normas fiscais vigentes.

A sociedade não procedeu ao reconhecimento contabilístico de impostos diferidos resultantes das perdas fiscais reportáveis.

7 — A sociedade possui obrigações de rendimento fixo vencíveis no ano de 2014, constantes na rubrica 5 do activo.

10 — Inventário de títulos e participações financeiras em 31 de Dezembro de 2005:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
B) Títulos de investimento .....	–	–	–	–	–
Valores de rendimento fixo — de outros emissores .....	–	–	–	–	–
De dívida pública portuguesa:					
A curto prazo .....	–	–	–	–	–
A médio e longo prazos .....	–	–	–	–	–
Obrigações do Tesouro .....	–	–	–	–	–
OT Jun/03-2014 .....	5 500	–	1,20	–	6 610,22
<i>Total</i> .....	5 500	–	1,20	–	6 610,22

11 — As amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando as taxas genéricas da Tabela II anexa ao Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Imobilizações corpóreas e incorpóreas:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transf.	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido a 31 de Dezembro de 2005
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aqui- sições	Reav. (líq.)					
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>									
Despesas de estabelecimento .....	37 479,00	34 938,14	—	—	—	1 558,76	—	—	982,10
Despesas de investigação e desenvolvimento ....	6 273,64	6 273,64	—	—	—	—	—	—	—
Sistema de tratamento automático de dados ...	674 242,34	395 415,88	—	—	—	167 613,42	—	—	111 213,04
<i>Total de imobilizações incorpóreas .....</i>	<u>717 994,98</u>	<u>436 627,66</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>169 172,18</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>112 195,14</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>									
De serviço próprio .....	172 239,78	77 714,09	—	—	—	17 335,92	—	—	77 189,77
Máquinas e ferramentas	191 032,23	94 738,71	—	—	—	16 878,52	—	—	79 415,00
Equipamento informático	194 351,62	164 901,13	535,50	—	—	16 792,97	—	—	13 193,02
Instalações interiores ....	92 060,47	40 477,23	8 529,48	—	—	10 278,34	—	8 529,48	41 304,90
Outras equipamento .....	18 462,71	11 196,32	—	—	—	2 307,61	—	—	4 958,78
Outras imobilizações corpóreas .....	3 973,40	2 096,09	—	—	—	496,67	—	—	1 380,64
<i>Total de imobilizações corpóreas .....</i>	<u>672 120,21</u>	<u>391 123,57</u>	<u>9 064,98</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>64 090,03</u>	<u>—</u>	<u>8 529,48</u>	<u>217 442,11</u>
<i>Totais .....</i>	<u>1 390 115,19</u>	<u>827 751,23</u>	<u>9 064,98</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>233 262,21</u>	<u>—</u>	<u>8 529,48</u>	<u>329 637,25</u>

14 — As rubricas 3 e 4 do activo estão desdobradas em função da duração residual, pelos seguintes prazos (em euros):

Rubricas 3 e 4 do activo	Valores
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	165 515,34
Até 3 meses .....	165 515,34
4 — Créditos sobre clientes .....	69 743,40
Indeterminado .....	69 743,40

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Esta rubrica, a 31 de Dezembro de 2005, tem a seguinte composição (em euros):

Compromissos:

Sistema de indemnização aos investidores .....

6 610,22

Responsabilidades por prestação de serviços:

Depósito e guarda de valores .....	2 467 000,00
Administração de valores .....	454 193,00
Por depósito e guarda de valores .....	2 921 193,00

24 — As provisões constituídas estão de acordo com o aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, estas desdobram-se em provisões para crédito vencido — outros créditos, e provisões diversas — para outros riscos e encargos. Relativamente aos créditos vencidos, todos com uma antiguidade superior a 24 meses, estão provisionados pela totalidade desde o exercício de 2002. A sociedade diligenciou e continuará a diligenciar no sentido de recuperação do crédito. Neste sentido decorrem junto dos organismos competentes acções. No do exercício de 2004 decorreu o julgamento de uma acção judicial intentada contra a sociedade, proveniente de um alegado incumprimento de um contrato de prestação de serviços. A sentença foi conhecida no início de 2005. A decisão foi desfavorável à sociedade. Tinha sido constituída uma provisão no final do exercício de 2004, para fazer face a este risco, pelo que tem sido utilizada. O conselho de administração decidiu reforçar o valor das provisões para outros riscos e encargos, como medida de precaução. As provisões resumem-se no quadro seguinte (em euros):

Rubrica de provisões	Saldo no início do ano	Movimento acumulado de provisões				Saldo final
		Dotações	Utilizações	Anulações e reposições	Transf.	
<b>2 — Para crédito vencido:</b>						
2.2 — Crédito .....	100 757,16	—	—	11 933,16	—	88 824,00
9 — Para riscos gerais de crédito .....	473,00	7 158,00	—	6 757,00	—	874,00
13 — Outras .....	57 362,00	30 000,00	22 500,00	2 361,75	—	62 500,25
<i>Total .....</i>	<u>158 592,16</u>	<u>37 158,00</u>	<u>22 500,00</u>	<u>21 051,91</u>	<u>—</u>	<u>152 198,25</u>

25 — À data de 31 de Dezembro de 2005 a carteira de títulos constituída mantém-se e está de acordo com o Regulamento da CMVM n.º 2/2000 — Sistema de Indemnização a Investidores, criado pelo Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores.

27 — As rubricas 15 do activo e 5 do passivo reflectem os saldos das contas de regularização activas e passivas. Estas duas rubricas são compostas por acréscimos e diferimentos de proveitos e custos e por operações sobre valores mobiliários a regularizar. Os segundos resultam de transacções de compra e venda de títulos ocorridas nos últimos dias de bolsa de 2005, ou seja, entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação. Estes saldos foram regularizados nos primeiros dias de 2006.

A decomposição das duas rubricas é a seguinte (em euros):

Rubricas	2005	2004
<b>15 — Activo:</b>		
Proveitos a receber .....	—	1 915,37
Despesas com custo diferido:		
De recursos alheios .....	8 761,86	12 343,63
Outras despesas .....	8 379,35	7 907,33
Operações sobre valores mob. a regularizar .....	194 018,01	1 926 925,60
<i>Totais</i> .....	<u>211 159,22</u>	<u>1 949 091,93</u>
<b>5 — Passivo:</b>		
Custos a pagar:		
De recursos alheios .....	—	2 960,89
De credores .....	29 893,11	21 901,90
Recursos a liquidar .....	20 739,89	37 778,19
Operações sobre valores mob. a regularizar .....	192 986,94	1 919 017,45
<i>Totais</i> .....	<u>243 619,94</u>	<u>1 981 658,43</u>

29 — No decorrer do ano de 2005 não ocorreram alterações à composição da rubrica de capital. Assim, o capital social está representado por 358 000 acções, com valor nominal de 5 euros cada.

Face à natureza devedora e montante do resultado transitado acumulado o capital social está substancialmente absorvido. A sociedade tomará as medidas necessárias no exercício de 2006, na eventualidade dos resultados não evoluírem como desejado.

31 — A rubrica 13 do activo — outros activos tem a seguinte composição (em euros):

Rubricas	2005	2004
<b>Devedores e outras aplicações:</b>		
Reporte de crédito do imposto:		
Impostos .....	51 063,26	51 504,46

Rubricas	USD	EUR
<b>Activos:</b>		
Disponibilidades em instituições de crédito .....	451 360,49	379 326,52
Operações sobre valores mobiliários a regularizar .....	19 523,39	16 407,59
<i>Total</i> .....	<u>470 883,88</u>	<u>395 734,11</u>
<b>Passivos:</b>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar .....	19 523,39	16 407,59
Credores por operações sobre valores mobiliários .....	451 360,49	379 326,52
<i>Total</i> .....	<u>470 883,88</u>	<u>395 734,11</u>

38 — Os proveitos da sociedade estão distribuídos por dois produtos: corretagem e gestão de carteiras (em euros):

Proveitos por segmento de negócio	2005	2004
Comissões de corretagem .....	538 253,41	992 401,12
Comissões de gestão de carteiras .....	7 982,17	10 078,20
Outros .....	1 607,14	1 886,35
<i>Totais</i> .....	<u>547 842,72</u>	<u>1 004 365,67</u>

Rubricas	2005	2004
Devedores diversos .....	22 058,74	61 645,72
Provisões para outras aplicações ...	(19 080,60)	(19 080,60)
<i>Totais</i> .....	<u>54 041,40</u>	<u>94 069,58</u>

O valor do reporte de crédito do imposto refere-se ao pagamento especial por conta efectuado nos últimos quatro exercícios e imposto sobre o valor acrescentado a recuperar.

O valor de devedores diversos engloba saldos de clientes com anti-guidade inferior a 30 dias.

A rubrica 4 do passivo — outros passivos — inclui as contas 36 e 39 seguindo, portanto, a apresentação recomendada na instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, e é constituída por:

Rubricas	2005	2004
<b>Credores:</b>		
Fornecedores .....	29 165,97	67 695,52
Credores por operações sobre valores mobiliários .....	2 838 591,64	2 011 784,35
<b>Outras exigibilidades:</b>		
Sector público administrativo:		
IRC a pagar .....	913,83	779,92
Retenções de impostos na fonte	4 272,56	5 836,45
Contribuições para a segurança social .....	2 855,77	5 925,31
<i>Total</i> .....	<u>2 875 799,77</u>	<u>2 092 021,55</u>

34 — O ano de 2005 foi um ano de continuidade à reorganização da estrutura da sociedade, quer no envolvimento dos recursos humanos, que se pretende cada vez maior, quer na substituição de equipamentos e ferramentas de trabalho.

O número médio anual de colaboradores ao serviço da empresa durante o ano de 2005 foi de 10 colaboradores.

35 — Remuneração dos órgãos sociais:

Órgãos de administração — 35 580,00 euros;  
Órgãos de fiscalização — 15 000,00.

37 — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira convertidos para a moeda em que as contas anuais são estabelecidas são os seguintes:

39 — As rubricas de outros custos de exploração e perdas extraordinárias incluem os custos incorridos resultantes de enganos dos *traders* na recepção e transmissão de ordens.

Rubricas	2005	2004
<b>A) Custos:</b>		
6 — Outros custos de exploração	30 183,21	55 750,60
11 — Perdas extraordinárias:		
Outros .....	1 584,57	20 445,24
<i>Total</i> .....	<u>31 767,78</u>	<u>76 195,84</u>
<b>B) Proveitos:</b>		
7 — Outros prov. de exploração	—	35 403,08
9 — Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobilizados .....	5 470,52	—
Outros .....	7 834,28	9 776,37
<i>Total</i> .....	<u>13 304,80</u>	<u>45 179,45</u>

43 — A empresa Emerging Trade — Comércio Electrónico, S. A., com sede na Rua Castilho, 39, 10.º-I, Edifício Castil Lisboa, apresenta demonstrações financeiras consolidadas nas quais estão integradas as da DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A.

51 — As rubricas 15 do activo e 5 do passivo reflectem os saldos das contas de regularização activas e passivas (operações sobre valores mobiliários a regularizar) decorrentes de transacções de compra e venda de títulos ocorridas nos últimos dias de bolsa de 2005, ou seja, entre a data de execução das operações e a data prevista nos regulamentos para a respectiva liquidação. Estes saldos foram regularizados nos primeiros dias de 2006.

O Conselho de Administração: *Pedro Miguel de Oliveira Lino — Jorge Manuel Monteiro Gomes — Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto.* — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

### Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de 3 694 755,81 euros e um total de capital próprio de 511 971,41 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 255 123,43 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, bem como o resultado das suas operações referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector financeiro.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as seguintes situações:

a) No relatório de gestão e na nota n.º 29 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados são divulgadas as medidas consideradas apropriadas pela administração da sociedade no sentido de melhorar a sua posição financeira futura;

b) Em 2005 a sociedade constituiu uma provisão no montante de 30 000 euros para fazer face a saldos devedores de difícil recuperação, pelo que retiramos a reserva incluída na certificação legal das contas do exercício de 2004.

Lisboa, 3 de Março de 2006. — Ernst & Young Audit & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Carlos Miguel Alves*, revisor oficial de contas — *Ana Salcedas*.

### Relatório e parecer do fiscal único

*Srs. Accionistas:*

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o fiscal único apresenta o seu relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão, apresentados pelo conselho de administração da DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Desde o exercício das nossas funções, acompanhámos os negócios e a gestão da sociedade, inteiramo-nos dos actos do conselho de administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analísámos também o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Nesta mesma data emitimos a certificação legal das contas e o relatório anual sobre a fiscalização efectuada, os quais endereçámos ao conselho de administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Nestes termos o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e o respectivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005;

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Finalmente desejamos agradecer ao conselho de administração e a todo o pessoal ao serviço da sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 3 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Carlos Miguel Alves*, revisor oficial de contas.

**Acta n.º 19 da assembleia geral**

Aos 24 dias do mês de Março do ano de 2006, pelas 11 horas, reuniu na sede social sita na Rua Engenheiro Ferreira Dias, 452, 1.º, freguesia de Ramalde, concelho do Porto, a assembleia geral da DIF Broker — Sociedade Corretora, S. A., que se encontra matriculada na Conservatória de Registo Comercial do Porto sob o n.º 8091, com o número de identificação fiscal 504767640, com o capital social integralmente realizado de 1 790 000,00 euros, estando presentes todos os accionistas da sociedade conforme lista de presenças que se junta em anexo, e estando também todos de acordo quanto à dispensa de formalidades prévias de convocatória conforme estabelecido no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais e quanto aos seguintes pontos da ordem de trabalhos:

- 1 — Deliberar sobre a aprovação do relatório de gestão referente ao ano 2005;
- 2 — Deliberar sobre a aprovação das contas referentes ao exercício contabilístico do ano de 2005;
- 3 — Deliberar, na decorrência da aprovação do ponto anterior, sobre a aplicação do respectivo resultado das contas de 2005;
- 4 — Eleição dos membros dos órgãos sociais para o triénio de 2006-2008;
- 5 — Discutir e deliberar sobre outros assuntos considerados relevantes para a gestão e administração da sociedade.

Presidiu à mesa da assembleia geral o Dr. Paulo Alexandre Marques Pinto, na qualidade de representante da accionista maioritária Emerging Trade — Comércio Electrónico, S. A., por indisponibilidade pessoal do Dr. Nelson Raposo Bernardo, que, após confirmar a lista de presenças, declarou verificadas as condições para que a assembleia geral pudesse reunir.

Iniciados os trabalhos, tomou a palavra o presidente do conselho de administração Dr. Pedro Miguel de Oliveira Lino, para fazer algumas breves considerações sobre o relatório de gestão relativo ao ano de 2005 elaborado pelo conselho de administração. Não pretendendo nenhum accionista tomar a palavra, entrou-se na discussão do ponto 1 da ordem de trabalhos. Uma vez colocado a votação, o relatório de gestão referente ao ano de 2005 foi aprovado por unanimidade dos votos.

De seguida entrou-se na discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos pela análise das contas referentes ao exercício contabilístico do ano de 2005, constatando-se através desta um resultado líquido negativo de 255 123,43 euros. Uma vez submetidas a votação foram as contas relativas ao exercício de 2005 aprovadas por unanimidade.

Entrando no ponto 3 da ordem de trabalhos, foi discutida a aplicação do resultado líquido negativo de 255 123,43 euros. Seguindo-se a respectiva votação foi aprovado por unanimidade aplicar o resultado líquido negativo de 255 123,43 euros para resultados transitados.

Passado ao ponto 4 da ordem de trabalhos, e uma vez verificada a necessidade de se proceder à eleição de órgãos sociais, o presidente da mesa da assembleia solicitou à assembleia a entrega de propostas de listas de membros para os órgãos sociais. Pela assembleia apenas foi proposta uma lista, à qual a mesa da assembleia geral designou com a letra A, composta pelos seguintes membros:

**Conselho de administração:**

Presidente — Dr. Pedro Oliveira Lino, residente na Rua Cândido dos Reis, 51, 2.º, esquerdo, Algés;

Vogal — Dr. Jorge Manuel Monteiro Gomes, residente na Rua António Sérgio, 85, Fafe;

Vogal — Dr. Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto, residente no Portal das Terras, 14, 2.º-A, Carnaxide;

Vogal não executivo — Dr. Horácio Manuel Piriquito Casimira, residente na Rua João de Freitas Branco, 30, 1.º-D, Lisboa;

Vogal não executivo — D. Juan Martin Pinto, residente na Avenida Fontes Pereira de Melo, 35, 12.º-A, Lisboa.

**Mesa da assembleia geral:**

Presidente — Dr. Nelson Raposo Bernardo, residente na Avenida Fontes Pereira de Melo, 35, 18.º-A, Lisboa;

Secretário — Dr. Sérgio Antunes Teixeira, residente na Avenida Fontes Pereira de Melo, 35, 18.º-A, Lisboa.

**Fiscal único:**

ROC efectivo — Dr. João Carlos Miguel Alves, revisor oficial de contas, residente em Vila Azulina, Rua Fausto Figueiredo, Birre, Cascais, em representação da Ernest & Young Audit & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.;

ROC suplente — Dr. Rui Abel Serra Martins, revisor oficial de contas, residente em Alameda dos Oceanos, lote 4.23.02-A, Lisboa.

Uma vez colocada à votação da assembleia, foi a lista A aprovada por unanimidade. Em consequência, foram eleitos os membros dos órgãos sociais, para o triénio de 2006-2008, que serão os seguintes:

**Conselho de administração:**

Presidente — Dr. Pedro Oliveira Lino;

Vogal — Dr. Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto;

Vogal — Dr. Jorge Manuel Monteiro Gomes;

Vogal não executivo — Dr. Horácio Manuel Piriquito Casimiro;

Vogal não executivo — D. Juan Martin Pinto.

**Mesa da assembleia geral:**

Presidente — Dr. Nelson Raposo Bernardo;

Secretário — Dr. Sérgio Antunes Teixeira.

**Fiscal único:**

ROC efectivo — Dr. João Carlos Miguel Alves, revisor oficial de contas, em representação da Ernest & Young Audit & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A.;

ROC suplente — Dr. Rui Abel Serra Martins.

Por fim, passou-se de imediato ao ponto 5, não tendo nenhum dos accionistas pretendido pronunciar-se sobre quaisquer questões ou assuntos relativos à gestão e administração da sociedade.

Nada mais havendo a tratar, deram-se por concluídos os trabalhos, sendo encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente acta, que depois de lida em voz alta e aprovada, vai ser assinada pelo presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Paulo Alexandre Marques Pinto*. 3000209236

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Preço deste número (IVA incluído 5%)

€ 6,12



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://dre.pt>  
Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt) • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 5750

Toda a correspondência sobre assinaturas deverá ser dirigida para a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Departamento Comercial, Sector de Publicações Oficiais, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, 1099-002 Lisboa